

| PPGECEI **ESPM**

| IDPEC **ESPM**

**Índice de Desenvolvimento
Potencial da Economia Criativa**
capitais brasileiras 2019 e 2023



RELATÓRIO DE PESQUISA

Rio de Janeiro | 2024



Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa capitais brasileiras 2019 e 2023

João Luiz de Figueiredo
Diogo Tavares Robaina
Paulo Vitor Lemos Ramalho



Figueiredo, João Luiz de

Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC): capitais 2019 e 2023 / João Luiz de Figueiredo; Diogo Tavares Robaina; Paulo Vitor Lemos Ramalho – Rio de Janeiro, 2024.

93 f.

Relatório de Projeto de Pesquisa – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa, Rio de Janeiro, 2024.

1. IDPEC. 2. Economia Criativa. 3. Desenvolvimento. 4. Capitais brasileiras. I. Robaina, Diogo Tavares. II. Ramalho, Paulo Vitor Lemos. III. Escola Superior de Propaganda e Marketing. IV. Título.

PRESIDENTE

Dalton Pastore

VICE-PRESIDENTE ACADÊMICO

Tatsuo Iwata

DIRETORIA ACADÊMICA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Denilde Oliveira Holzhacker

Evandro Lopes

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ECONOMIA CRIATIVA, ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO

João Luiz de Figueiredo

AUTORES DA PESQUISA

João Luiz de Figueiredo

Diogo Tavares Robaina

Paulo Vitor Lemos Ramalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Bruno Tostes de Aguiar

MENSAGEM DA DIREÇÃO

A ESPM tem forte compromisso com a produção de conhecimento aplicado e a inovação na economia criativa. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC) se estabelece como uma contribuição fundamental para compreender as dinâmicas territoriais desse setor estratégico no Brasil.

Este relatório não apenas apresenta um diagnóstico detalhado das capitais brasileiras, mas também oferece um referencial metodológico robusto para pesquisadores, gestores públicos e empreendedores interessados em potencializar o impacto da economia criativa em suas regiões. O IDPEC permite identificar fatores estruturais e territoriais que influenciam o desenvolvimento da criatividade e da inovação, fornecendo subsídios essenciais para políticas públicas e iniciativas privadas voltadas ao crescimento sustentável do setor.

Gostaria de parabenizar os autores João Luiz de Figueiredo, Diogo Tavares Robaina e Paulo Vitor Lemos Ramalho pelo excelente trabalho. A pesquisa e a metodologia aqui apresentadas não apenas enriquecem o debate acadêmico, mas também fornecem uma ferramenta prática para a tomada de decisões estratégicas no campo da economia criativa.

A ESPM se orgulha de apoiar e divulgar iniciativas que ampliam o conhecimento sobre o setor criativo e reafirma seu compromisso com a pesquisa e o desenvolvimento econômico e social do país. Que este relatório inspire novas pesquisas, políticas e projetos que impulsionem a economia criativa brasileira.

Prof. Evandro Luiz Lopes

Diretor Acadêmico de Pesquisa e

Pós-graduação Stricto Sensu

**ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA
E MARKETING – ESPM**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
ECONOMIA CRIATIVA E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES	9
A DIMENSÃO TERRITORIAL DA ECONOMIA CRIATIVA	16
QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)	18
DETERMINANTES DA ECONOMIA CRIATIVA	22
METODOLOGIA	27
RESULTADOS	38
QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)	40
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DA ECONOMIA CRIATIVA (IDPEC)	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNCIDE A	77
SOBRE OS AUTORES	83

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC). O índice tem como objetivo estimar o potencial de desenvolvimento da economia criativa local a partir das características específicas do território.

O IDPEC é composto de nove variáveis provenientes de dados secundários e organizadas em três dimensões: capacidades humanas; atratividade e conectividade espacial; ambiente cultural e empreendedorismo criativo. As variáveis do índice estão relacionadas com as determinantes de concentração produtiva espacial da indústria criativa.

A capacidade do IDPEC de estimar o potencial da economia criativa local foi comprovada a partir de regressão linear entre o índice e o quociente locacional (QL) das indústrias criativas. O QL é um indicador de especialização regional

comparativa, que aponta as capitais que possuem maior concentração proporcional de empregos formais nos setores criativos em comparação com o Brasil.

O IDPEC e o QL foram calculados para as capitais brasileiras, o primeiro para os anos de 2019 e 2023 e o segundo para o intervalo de 2010 a 2023. Os resultados mostram que o IDPEC tem capacidade de explicar a dinâmica de concentração espacial dos setores criativos.

Os resultados tanto do QL quanto do IDPEC mostram uma forte concentração regional. As capitais com os melhores resultados tendem a se concentrar nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país.

A partir dos dados foram identificados quatro grupos de capitais: (i) capitais com alto IDPEC e alto QL; (ii) capitais com alto IDPEC e baixo QL; (iii) baixo IDPEC e baixo QL; (iv) baixo IDPEC e alto QL. Esses dados foram interpretados utilizando-se de uma matriz de políticas públicas para economia criativa, que propõe para as capitais de cada grupo os respectivos cenários da economia criativa: (i) o cenário de franco crescimento; (ii) cenário de potencial reprimido; (iii) cenário desafiador; (iv) cenário de crescimento limitado. Com base

nos cenários foram propostas diretrizes específicas de políticas para o desenvolvimento dos setores criativos das capitais de cada grupo.

Os resultados completos da pesquisa podem ser encontrados no site: <https://indicedaeconomiacriativa.espm.edu.br/>.



INTRODUÇÃO

Neste relatório apresentamos os resultados da aplicação do Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC) nas capitais brasileiras (anos 2019 e 2023), contribuindo com o debate sobre a dinâmica territorial da economia criativa.

A origem do conceito de economia criativa remonta ao plano nacional australiano do *Creative Nation* e à definição de indústrias criativas proposta pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido, que identificou um conjunto de setores econômicos como estratégicos para o desenvolvimento do país. Depois das duas experiências, o conceito se disseminou globalmente e ganhou espaço de discussão nos organismos internacionais, especialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No Brasil, reconhecemos a vanguarda do pensamento do economista Celso Furtado (1978), que já apontava a importância da criatividade

para a superação da dependência no modelo de desenvolvimento. Entretanto, foi o estudo da FIRJAN, intitulado “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”, editado pela primeira vez em 2008, com última atualização em 2022 (FIRJAN, 2008; 2022), que se difundiu como principal referência na sistematização das informações oficiais sobre o emprego e participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos setores criativos. Recentemente, o Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023) também passou a contribuir com os esforços em mensurar a relevância econômica do setor a partir de dados de emprego e renda.

O objetivo do IDPEC não é quantificar o tamanho da economia criativa, mas estimar o potencial de um município ou estado se desenvolver por meio dela. Em outras palavras, não estamos preocupados em identificar os municípios com maior geração de emprego, renda ou produto. A intenção é identificar os fatores que favorecem o desenvolvimento da economia criativa, de modo a apontar o potencial de desenvolvimento dos municípios a partir desses fatores.

Índices de emprego, renda ou produto são importantes para identificarmos um padrão espacial da economia criativa no Brasil, isto é, os municípios ou estados onde suas atividades se concentram. Porém, tais índices são

incapazes de nos dizer as razões dessa concentração ou se outros lugares, que não possuem bons resultados, também poderiam desenvolver seus setores criativos por meio de políticas acertadas. É essa lacuna que o IDPEC pretende preencher, ou seja, identificar os fatores que fazem com que a economia criativa tenha maior dinamismo econômico em um lugar do que em outro.

O IDPEC é composto de dados secundários, organizados em três dimensões: capacidades humanas; atratividade e conectividade espacial; ambiente cultural e empreendedorismo criativo. A pertinência do IDPEC como um explicador do padrão espacial de aglomeração da economia criativa nas capitais brasileiras foi comprovada a partir de regressão linear entre o índice e o quociente locacional (QL) das indústrias criativas. O quociente locacional é um indicador capaz de mensurar a concentração de um setor econômico em dada localidade em comparação ao Brasil, representando, portanto, um índice de especialização regional. No caso, o QL foi aplicado ao contexto das indústrias criativas, usando-se como base o número de empregos formais gerados pelos setores criativos. Neste estudo, utilizamos a classificação de indústrias criativas adotada pela FIRJAN (2022) e o conjunto de CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) utilizados pode ser encontrado no [Apêndice A](#).

Além desta introdução e das considerações finais, o presente relatório está dividido em 5 seções, a primeira discute a importância e as limitações que envolvem a construção de indicadores para a economia criativa; a segunda apresenta o quociente locacional e debate as determinantes espaciais dos setores criativos; a terceira os procedimentos metodológicos adotados; a quarta os principais resultados; a quinta, analisa os resultados a partir de um framework próprio, a matriz de políticas públicas para a economia criativa.



ECONOMIA CRIATIVA E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

Tentativas de mensurar a economia criativa devem ser observadas a partir de uma perspectiva crítica, dada a natureza dos bens criativos. Para além do valor econômico, os bens criativos são caracterizados por sua capacidade de gerar valor simbólico. Portanto, toda análise acerca dos setores criativos deve levar em consideração esse caráter dual e complementar. O desafio reside na avaliação dos resultados simbólicos, implicando em uma forte carga de subjetividade. Embora existam métodos que buscam mensurar monetária e quantitativamente os aspectos simbólicos dos setores culturais e criativos, estes possuem aplicação limitada a contextos específicos e envolvem a avaliação do público a partir de formulários de pesquisa. O uso indiscriminado desse tipo de metodologia pode levar a comparações indevidas entre diferentes bens, podendo

resultar até mesmo em argumentos etnocêntricos que valorizam um símbolo em detrimento de outro. Diante das limitações metodológicas, a análise e mensuração dos aspectos simbólicos da economia criativa costuma estar restrita ao contexto micro e adotar métodos de valoração contingente ou qualitativos (Snowball, 2010; Klammer, 2017).

No campo macroeconômico as pesquisas acabam limitadas à perspectiva econômica, abordando aspectos como número de empregos e o Produto Interno Bruto (PIB) a partir de metodologias quantitativas. Assim, a presente pesquisa adota a perspectiva econômica ao tratar da economia criativa. Adotar uma visão econômica sobre os setores culturais e criativos não significa desprezar ou minimizar a contribuição destes setores para a diversidade cultural e para formação da identidade, por exemplo. Afinal, a cultura e os aspectos simbólicos podem ser um fim em si mesmo, prescindindo de argumentos econômicos para justificar sua utilidade. Sendo assim, o equívoco reside em adotar valores monetários como única perspectiva para avaliar os setores criativos. Embora a presente pesquisa esteja limitada a esta perspectiva econômica, não acreditamos e não pretendemos reduzir a economia criativa a esta dimensão, de modo que outras abordagens focadas nos aspectos simbólicos são complementares e bem-vindas. Cumpre

destacar que não existe substituíbilidade entre o valor financeiro e o valor simbólico gerado pelos setores criativos, ou seja, não é possível trocar o apreço do público por determinada obra audiovisual por uma quantia determinada em reais, por exemplo. Consequentemente, a elaboração e avaliação de políticas públicas para economia criativa não deve ser pautada unicamente pelos aspectos financeiros. Diante do exposto, os resultados apresentados neste relatório devem ser observados criticamente à luz de suas limitações intrínsecas.

Além dos limites impostos pela adoção dessa lente, a própria mensuração dos aspectos econômicos traz desafios. À exemplo a da FIRJAN, utiliza-se dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contudo essa base de dados trata somente dos empregos formais, não levando em consideração os informais. Outra ausência notável diz respeito aos Microempreendedores Individuais (MEI), a RAIS contempla parcialmente essa categoria, contabilizando apenas os MEIs que possuem empregados, desprezando todas aqueles que trabalham de maneira autônoma. Em razão disso, os resultados do presente estudo não podem ser encarados como a realidade, mas sim como parte dela.

Até mesmo o Produto Interno Bruto (PIB), indicador usual para mensuração da atividade econômica, deve ser visto com ressalvas quando aplicado ao contexto da economia criativa. Os setores criativos, especialmente os relativos às atividades culturais, envolvem parcela significativa de bens e serviços gratuitos, que acabam por serem subestimados na contabilidade do PIB. Ademais, o PIB foi criado para mensurar quantidade, não qualidade ou variedade. Essas limitações ficam ainda mais evidentes ao tratarmos dos setores criativos e culturais. Do ponto de vista do PIB, independentemente do gênero, todas as músicas são iguais e tocar uma música duas vezes mais rápido representaria ganhos de produtividade, embora descaracterize completamente a música. Apesar das críticas, o PIB continua sendo relevante e não deve ser desconsiderado para avaliação dos setores criativos, pois ainda mantém forte correlação com o desenvolvimento econômico e com o bem-estar social (Coyle, 2014).

Entretanto, é preciso pensar em ferramentas de monitoramento e avaliação que superem a simples mensuração da participação dos setores criativos na economia geral. O PIB apesar de ser útil para monitorar as variações produtivas, não é capaz de explicá-las, possuindo capacidade limitada para orientar políticas públicas. Do ponto de vista regional, o PIB tende a perpetuar a lógica de

aglomeração: as regiões com a maior população tendem a apresentar o maior PIB. Contudo, para além da aglomeração, quais outros fatores são capazes de explicar as variações do PIB criativo? Que fatores contribuem para que as atividades criativas se concentrem em uma localidade em detrimento de outras? Quais variáveis afetam o desenvolvimento dos setores criativos e como mensurá-las? O Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC) enfrenta essas questões ao propor um indicador composto que leva em consideração aspectos como educação, conectividade, cultura, empreendedorismo e instituições.

Estudos anteriores também se debruçaram sobre as mesmas questões e buscaram compreender que aspectos determinam a aglomeração produtiva dos setores criativos, como, por exemplo, o modelo dos 3 Ts de Richard Florida (tecnologia, talento e tolerância), os painéis de indicadores (Lazzeretti; Boix; Capone, 2013; Machado; Simões; Diniz, 2013) e a criação de índices compostos (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008; Correia; Costa, 2014; Figueiredo *et al.*, 2019). Esses esforços são essenciais para subsidiar a formulação de políticas e a intervenção pública.

O próximo capítulo trata especificamente de como mensurar a aglomeração e especialização produtiva de uma região a partir do quociente locacional e apresenta os principais aspectos que influenciam, propiciam e explicam essa concentração e localização espacial dos setores criativos.



A DIMENSÃO TERRITORIAL DA ECONOMIA CRIATIVA

O objetivo deste relatório é discutir a economia criativa a partir de uma perspectiva econômica, porém aprofundando os aspectos que levam as indústrias criativas a se concentrarem em certas localidades. As atividades da economia criativa tendem a se organizar a partir da formação de *clusters* produtivos especializados. Essas regiões são caracterizadas pela concentração de empresas e mão de obra, o que reduz os custos de transação, facilita os processos de criatividade e inovação e propicia o aumento da produtividade e das externalidades positivas. Mesmo diante dos efeitos da globalização e da digitalização, as vantagens advindas da concentração de pessoas, agentes, instituições e empresas continua sendo decisiva para ganhos de produtividade (Lazzeretti; Boix; Capone, 2013). Como resultado, as aglomerações criativas tendem a se concentrar nas grandes cidades globais e nas respectivas regiões metropolitanas, como Los Angeles, Nova Iorque, Londres, Paris (Scott, 2005).

Todavia, é preciso investigar o fenômeno da concentração produtiva dos setores criativos para além das forças de aglomeração de empresas e pessoas. Nesse sentido, no presente estudo, os aspectos relativos à concentração de empresas e empregos é isolado na variável de quociente locacional, enquanto os demais fatores são combinados no Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa. Isolar a aglomeração produtiva das demais variáveis permite investigar a correlação entre as dimensões do IDPEC e a aglomeração criativa atual representada pelo quociente locacional (QL).

QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)

O quociente locacional deve ser compreendido como um indicador de aglomeração e especialização regional produtiva (Isard, 1960). No caso da presente pesquisa, o QL foi aplicado ao contexto da economia criativa, de forma a mensurar a concentração espacial dos setores criativos. Anteriormente, o QL já havia sido utilizado como uma das variáveis na pesquisa de Machado, Simões e Diniz (2013). Lazzeretti, Boix e Capone (2013), por sua vez, investigaram a capacidade de diferentes variáveis de explicarem a aglomeração dos setores criativos da Itália e da Espanha, usando como variável dependente o quociente locacional.

O cálculo do quociente locacional se dá através da divisão da porcentagem de empregos criativos de dada capital pela porcentagem de empregos criativos no Brasil. Sendo assim, o QL é uma divisão de frações, na qual o numerador corresponde ao número de trabalhadores nos setores criativos de uma capital divididos pelo número de trabalhadores totais desta mesma capital, já o denominador representa o número de trabalhadores nos setores criativos no Brasil divididos pelo número de trabalhadores totais do país. A representação visual do cálculo pode ser observada abaixo.

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_i}{E_j/E}$$

Ou

$$\text{Quociente locacional} = \frac{\frac{\text{trabalhadores nos setores criativos na cidade } x}{\text{trabalhadores totais na cidade } x}}{\frac{\text{trabalhadores nos setores criativos no Brasil}}{\text{trabalhadores totais no Brasil}}}$$

Como se verifica, o QL acaba por transparecer como um indicador de especialização regional relativa, ou seja, indica o quanto uma capital é especializada em economia criativa em comparação ao país. Os resultados do quociente locacional são sempre superiores ou iguais a zero. Obter resultado inferior a 1, significa que a capital é menos especializada em economia criativa

do que o Brasil, por outro lado, caso seja superior a 1, indica-se que a cidade é mais especializada que o país. Quanto maior o quociente locacional, maior o nível de especialização da cidade em comparação com o Brasil.

Os dados para o cálculo foram coletados através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim sendo, como enfatizado anteriormente, os dados tratam somente dos empregos formais gerados pelas empresas consideradas criativas. A definição de empresas foi feita com base na definição de economia criativa proposta pela FIRJAN (2022), de acordo com os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - a lista completa de CNAEs pode ser encontrada no Apêndice A. A decisão de adotar o critério dos CNAEs é baseada em uma visão setorial para economia criativa e está fundamentada no argumento da ancoragem territorial dos empregos criativos, parte-se do pressuposto de que as empresas criativas atuam como indutoras do desenvolvimento e dinamização criativa local. Assim, os números usados correspondem a todos os trabalhadores formais das empresas consideradas criativas, sendo estes trabalhadores criativos ou não.

Através do quociente locacional foi possível isolar a aglomeração dos empregos nos setores criativos como

uma variável externa ao Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC). Assim, o QL é utilizado como um *proxy* para concentração das indústrias criativas, permitindo investigar a correlação desta aglomeração com o IDPEC e os fatores que o compõem. Essa separação visa aprofundar as discussões acerca dos aspectos que explicam as diferenças regionais da economia criativa brasileira, evidenciando determinantes que influem sobre a aglomeração produtiva. Essa mudança também permitiu que o IDPEC pudesse ser usado como identificador de potencialidades criativas de cada território. Diante disso, o IDPEC possui papel duplo: explica as aglomerações criativas atuais e sinaliza potencialidades de desenvolvimento da economia criativa local a partir das características regionais. O IDPEC se contrapõe a uma visão de desenvolvimento determinista, fundada tão somente nas aglomerações vigentes; o índice apresenta uma perspectiva dinâmica, identificando os territórios que possuem as condições de desenvolver e concentrar empreendimentos criativos, reconhecendo as vantagens que as aglomerações atuais oferecem em perspectiva comparada. A próxima subseção se propõe justamente a investigar, para além da aglomeração populacional, quais fatores contribuem para a especialização regional da economia criativa.

DETERMINANTES DA ECONOMIA CRIATIVA

O Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC) é composto de nove variáveis, organizadas em três dimensões. A primeira dimensão “capacidades humanas” contempla: pessoas com ensino superior, qualidade da educação básica e o orçamento público municipal em educação. A segunda dimensão, “atratividade e conectividade espacial” engloba segurança urbana, conectividade digital e conectividade aérea. A terceira e última dimensão, “ambiente cultural e empreendedorismo criativo”, compreende o orçamento público municipal em cultura, empreendedorismo e o ambiente institucional. As dimensões e as respectivas variáveis podem se visualizadas no quadro 1.

QUADRO 1 - VARIÁVEIS DO IDPEC

DIMENSÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTES
 CAPACIDADES HUMANAS	Pessoas com Ensino Superior	Proporção de pessoas com mais de 14 anos com ensino superior	PNAD Anual
	Qualidade da educação básica	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio da rede pública	INEP
	Orçamento Público municipal em educação	Gasto público municipal <i>per capita</i> em educação	FINBRA/SICONFI

DIMENSÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTES
 ATRATIVIDADE E CONECTIVIDADE ESPACIAL	Segurança urbana	Taxa de homicídios por 100 mil pessoas	DATA SUS FINBRA
	Conectividade digital	Densidade de acesso à internet em banda larga fixa	ANATEL
	Conectividade aérea	Número de passageiros aéreos <i>per capita</i>	Hórus/Secretaria Nacional de Aviação Civil/ Ministério de Portos e Aeroportos
 AMBIENTE CULTURAL E EMPREENDEDORISMO CRIATIVO	Orçamento público municipal em cultura	Gasto público municipal <i>per capita</i> em cultura	FINBRA/ SICONFI
	Empreendedorismo	Taxa líquida de criação de empresas <i>per capita</i>	Mapa de Empresas/CNPJ/ Ministério do Empreendedorismo e da Empresa de Pequeno Porte FINBRA
	Ambiente institucional	Número de passageiros aéreos <i>per capita</i>	Hórus/Secretaria Nacional de Aviação Civil/ Ministério de Portos e Aeroportos

Fonte: Elaborado pelos autores.

A escolha das variáveis para compor o modelo está fundamentada nas explicações teóricas presentes na literatura. A dimensão “capacidades humanas”, por exemplo, está intrinsecamente associada à educação. A importância da qualificação da mão de obra para o desenvolvimento dos setores criativos aparece nos trabalhos de Charles Landry (2008), Florida (2019) e Machado, Simões e Diniz (2013). Enquanto a variável pessoas com ensino superior afere a quantidade proporcional de mão de obra qualificada, a variável atinente ao Ideb indica um parâmetro de capacidade técnica comparativa. O primeiro sinaliza a incidência de mão de obra qualificada, o segundo o desempenho. O pressuposto subjacente é de que quanto mais pessoas com ensino superior e quanto maior a nota do Ideb, mais criativas as pessoas tendem a ser, de modo a potencializar o desenvolvimento dos setores criativos na região. O indicador de gasto *per capita*, por sua vez, está associado ao compromisso do governo local com a educação, um maior comprometimento estatal tende a se traduzir em mais investimentos na área, que por conseguinte influem positivamente nos indicadores gerais de educação.

Com relação à dimensão “atratividade e conectividade espacial”, a segurança urbana é mencionada em Machado, Simões e Diniz (2013) e está relacionada com a qualidade de vida (Reis, 2012). Diferentemente de todas

as outras variáveis que integram o IDPEC, a segurança urbana é a única que afeta negativamente a economia criativa - quanto maiores os indicadores de violência, menor a capacidade de atrair pessoas, gerando menos trocas, diversidade e limitando o potencial criativo. A conectividade digital está presente na dimensão inovação no modelo de Bowen, Moesen e Sleuwaegen (2008), na infraestrutura em Montanari (2014), nas instalações urbanas em Landry (2008) e ainda está associada à globalização (Reis, 2012) e se apresenta como um requisito indispensável para os setores tecnológicos. O movimento aeroportuário é explicitado por McCann e Van Oort (2019) e está ligado à tolerância (Florida, 2019), à diversidade (Landry, 2008) e à abertura Bowen, Moesen e Sleuwaegen (2008). No tocante a este último os dados consideram tanto o número de passageiros que embarcam como os que desembarcam nos aeroportos de cada capital, de forma a valorizar o fluxo, ou seja, considerando a capacidade da capital de atuar como um *hub*, que atrai pessoas e possibilita que seus habitantes se desloquem facilmente para outros lugares, retornando com vivências e experiências que agregam para contexto criativo da cidade.

A dimensão “ambiente cultural e empreendedorismo criativo” combina os gastos em cultura (Machado; Simões; Diniz, 2013) - que atua de maneira análoga aos

gastos com educação mencionados anteriormente -, a taxa de abertura de empresas (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008) e o ambiente institucional. Segundo North (2018), as instituições podem ser entendidas como os aspectos políticos, sociais e econômicos - sejam estes formais, informais ou relativos à execução - que impactam diretamente no desempenho econômico das regiões. Nessa linha, o desenvolvimento econômico de determinada localidade estaria diretamente ligado à qualidade das instituições (North, 2018; Storper, 2013; Acemoglu; Robinson, 2022).

O conceito de instituições acaba por abarcar uma variada gama de aspectos sociais, políticos, legais, históricos, geográficos e culturais que influenciam no desempenho econômico, sendo que boa parte desses aspectos são de difícil mensuração. Operacionalizar esse tipo de abordagem representa um desafio significativo e passível de muitas críticas. Contudo, desprezar os efeitos das instituições seria ainda mais nocivo, pois significaria desprezar toda uma literatura consolidada sobre o tema (McCann; Van Oort, 2019).



METODOLOGIA

A presente pesquisa investiga a dinâmica territorial da economia criativa no Brasil. O objetivo é estimar o potencial de desenvolvimento de um município ou estado por meio da economia criativa. Para isso, adotamos o IDPEC como um indicador desse potencial, sendo a sua validade testada por meio da sua correlação com o quociente locacional. Trata-se de uma pesquisa de caráter explicativo e abordagem quantitativa. Com relação aos procedimentos, realiza-se uma análise estatística e econométrica com a utilização de dados secundários. A hipótese a ser verificada é a correlação entre o quociente locacional (QL) e o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC) para as capitais brasileiras nos anos de 2019 e 2023.

O recorte temporal é resultado das limitações impostas pelas bases de dados utilizadas. Considerando o início e interrupção da série histórica de cada variável, bem como a periodicidade, calculamos o IDPEC para os anos de 2019 e 2023 e o QL para o período de 2010 a 2023. No site do projeto (<https://indicedaeconomiacriativa.espm.edu.br/>), disponibilizamos dados de outros anos das variáveis do IDPEC, conforme a disponibilidade de cada base.

A primeira etapa da pesquisa resume-se ao cálculo do quociente locacional (QL) para cada uma das capitais

brasileiras. Os dados foram extraídos da base da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Como explicado anteriormente, o QL é um indicador de concentração regional, que aponta o quanto uma capital é especializada em economia criativa em comparação com o Brasil. Quanto maior o quociente locacional, maior o nível de especialização da cidade.

O cálculo do QL consiste na divisão de duas frações, a primeira fração é representada pela divisão do número de trabalhadores nos setores criativos de dada capital pelo número de trabalhadores totais nesta mesma capital; a segunda fração corresponde ao número de trabalhadores nos setores criativos no Brasil divididos pelo número de trabalhadores totais do país. Foram considerados todos os trabalhadores que possuem vínculo com empresas do setor criativo, sejam estes trabalhadores criativos ou não.

Frisa-se que dada as limitações das bases de dados, estão sendo trabalhados somente as informações de trabalhadores formais, desconsiderando-se os informais e os MEIs que atuam de maneira autônoma. A definição de economia criativa adotada é baseada na visão setorial, em detrimento da ocupacional, seguindo a proposta da FIRJAN (2022) e o argumento da ancoragem territorial que

as empresas criativas promovem. Os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) incluídos como criativos se encontram no [Apêndice A](#).

QUADRO 2 - ATIVIDADES DA ECONOMIA CRIATIVA SEGUNDO A FIRJAN (2022)

CONSUMO	Publicidade	Atividades de publicidade, marketing, pesquisa de mercado e organização de eventos
	Arquitetura	Design e projeto de edificações, paisagens e ambientes. Planejamento e conservação.
	Design	Design gráfico, multimídia e de móveis.
	Moda	Desenho de roupas, acessórios, calçados e acessórios; modelistas.
CULTURA	Expressões culturais	Artesanato, folclore, gastronomia.
	Patrimônio e Artes	Serviços culturais, museologia, produção cultural, patrimônio histórico.
	Música	Gravação, edição e mixagem de som, criação e interpretação musical.
	Artes cênicas	Atuação, produção e direção de espetáculos teatrais e de dança.

MÍDIAS	Editorial	Edição de livros, jornais, revistas e conteúdo digital
	Audiovisual	Desenvolvimento de conteúdo, distribuição, programação e transmissão.
TECNOLOGIA	P&D	Desenvolvimento experimental e pesquisa em geral, exceto biologia.
	Biotecnologia	Bioengenharia, pesquisa em biologia, atividades laboratoriais.
	TIC	Desenvolvimento de softwares, sistemas, consultoria em TI e robótica.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FIRJAN (2022).

A segunda etapa se refere à coleta dos dados relativos às variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC). A lista completa das variáveis com as respectivas fontes está resumida no Quadro 1.

Para os indicadores *per capita* e para taxa de homicídios, os dados populacionais utilizados foram os estimados pelo FINBRA. Com relação aos gastos públicos foram considerados os valores empenhados por ano. O número de homicídios foi calculado a partir do somatório de óbitos decorrentes de (i) agressões, (ii) eventos cuja intenção é indeterminada e (iii) intervenções legais

e operações de guerra, de acordo com os Grandes Grupos da CID-10. Para os dados de conectividade digital foram usados como referência a cobertura do mês de dezembro de cada ano.

O número de passageiros aéreos foi calculado somando o número de embarques e o de desembarques dos aeroportos locais. No caso de algumas capitais, alguns dos aeroportos, tecnicamente, estão localizados fora dos limites territoriais do município, como o Aeroporto Internacional de Guarulhos, no caso de São Paulo, e, o de Confins, no caso de Belo Horizonte. Nesses casos, os números foram contabilizados como se da capital fossem, dado que a intencionalidade dos voos está relacionada com a dinâmica econômica da capital, não com a do município limítrofe.

A taxa líquida de criação de empresas foi calculada subtraindo o número de empresas que foram abertas em determinado ano pelo número de empresas que foram extintas.

Por fim, o Índice de Governança Municipal (IGM) é um indicador composto calculado pelo Conselho Federal de Administração (CFA) que utiliza como base dados municipais sobre aspectos fiscais, previdenciários, de investimentos, custos, planejamento, empregos públicos, transparência e desempenho nas áreas de saúde, educação,

segurança, saneamento, meio ambiente e vulnerabilidade social. Esses fatores são organizados em três dimensões: finanças, gestão e desempenho. Como destacado anteriormente a utilização desse tipo de indicador é passível de críticas, contudo ignorar a influência das instituições sobre o desempenho econômico seria ainda mais prejudicial; geraria um problema de variável oculta. Outra crítica diz respeito ao fato de se tratar de uma variável composta, multidimensional, diferentemente das anteriores, porém isso se deve à própria natureza e complexidade do conceito de instituições, não seria possível reduzi-lo a um único fator. Diante do exposto, a variável foi incluída no modelo. A escolha específica pelos dados do CFA se dá por três motivos: granularidade, abrangência e periodicidade. O Conselho calcula os dados a nível municipal para parte considerável dos municípios do país e produz os dados anualmente, possibilitando o uso para a presente pesquisa.

Após a extração, cálculo e consolidação das variáveis individuais, constata-se que os valores encontram-se em diferentes escalas. Enquanto os dados de Ensino Superior e conectividade digital podem variar de 0 a 100, os dados de gasto público e segurança não possuem limite superior e os de empreendedorismo podem assumir valores negativos. Em razão disso, os valores são normalizados utilizando-se da técnica de min-max.

A normalização tem como objetivo colocar todos os valores em uma escala comum, entre 0 e 1, e segue a fórmula abaixo (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008).

$$N_{ij} = \frac{V_{ij} - MIN_i(V_{ij})}{MAX_i(V_{ij}) - MIN_i(V_{ij})} \quad (2)$$

$$\text{Valor normalizado} = \frac{\text{valor da cidade } x - \text{valor mínimo das cidades}}{\text{valor máximo das cidades} - \text{valor mínimo das cidades}}$$

Considerando, por exemplo, o valor da variável Ensino Superior para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 2019, esse valor é subtraído pelo menor valor desta variável para o ano de 2019 entre todas as cidades. Essa subtração é dividida por outra subtração: o número correspondente à cidade com maior percentual de pessoas com Ensino Superior menos o valor da cidade com menor percentual. Pode-se perceber que para um mesmo ano e variável os valores de máximo e mínimo serão fixos. O procedimento é repetido para todas as cidades e variáveis, exceto a de segurança urbana.

Como ressaltado na seção anterior, a variável segurança urbana é a única entre todas as outras que contribui negativamente para a economia criativa, ou seja, quanto maior os números de homicídio, pior, enquanto para as de-

mais, quanto maiores os valores, melhor para os setores criativos. Essa relação inversa exige uma sutil mudança na fórmula de normalização, ao invés de o numerador ser o valor a ser normalizado menos o mínimo, substitui-se pelo máximo menos o valor a ser normalizado. Com a mudança, o município com o maior número de homicídios terá na variável normalizada o valor de 0, enquanto o com o menor número de homicídios, 1. Os valores de quociente locacional não são normalizados, haja vista não integrarem o modelo do IDPEC.

Finalizada a normalização, prossegue-se com o cálculo do IDPEC, que é realizado em duas etapas. Na primeira é calculado o valor de cada uma das três dimensões, diante dos valores das dimensões é calculado o valor do IDPEC. A conta é realizada seguindo a metodologia dos pesos endógenos (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008; Figueiredo *et al.*, 2019).

A metodologia dos pesos endógenos corresponde a uma técnica de média ponderada que busca valorizar as qualidades de cada capital. Bowen, Moesen e Sleuwaegen (2008) chegam a chamar a técnica de benevolente, uma vez que atribui para uma cidade pesos maiores para as variáveis com melhor desempenho e pesos menores para os atributos de pior desempenho. Sendo assim, cada cidade terá uma distribuição de pesos dife-

rente da outra, de forma a potencializar seus melhores aspectos e minimizar os piores. Como o nome sintetiza, na prática, os pesos são definidos de maneira endógena a partir dos dados de cada município, ao invés de serem definidos *a priori* pelos pesquisadores. Dessa forma, cada capital obteve o maior resultado possível, de modo a reconhecer suas especificidades.

Tanto as dimensões quanto o IDPEC em si são calculados aplicando-se de maneira reiterada a metodologia de pesos endógenos. Na prática, cada dimensão possui três variáveis já normalizadas e, portanto, com todos os valores entre 0 e 1. Assim sendo, atribui-se à variável com melhor escore o peso de três sextos ($\frac{3}{6}$); a segunda melhor variável tem peso dois sextos ($\frac{2}{6}$); e a variável com pior escore recebe o peso de um sexto ($\frac{1}{6}$), como ilustrado na fórmula abaixo.

$$\max IDPEC_i = \max_{w_{ij}} \sum_{j=1}^j w_{ij} N_{ij} \quad (3)$$

sujeito a

$$\sum_{j=1}^j w_{ij} = 1 \quad \forall i = 1 \dots n, \quad \forall j = 1 \dots j \quad (4)$$

$$\frac{1}{6} \leq w_{ij} \leq \frac{3}{6} \quad \forall j = 1 \dots j \quad (5)$$

Ou

$$\text{Dimensão} = \frac{(\text{maior variável} \times 3) + (\text{variável média} \times 2) + (\text{menor variável} \times 1)}{6}$$

Uma vez calculado para cada cidade o valor de cada dimensão, calcula-se endogenamente o IDPEC, seguindo a fórmula:

$$\text{IDPEC} = \frac{(\text{maior dimensão} \times 3) + (\text{dimensão média} \times 2) + (\text{menor dimensão} \times 1)}{6}$$



RESULTADOS

Os resultados completos da pesquisa, bem como todas as variáveis utilizadas podem ser visualizados e baixados no site <https://indicedaeconomiacriativa.espm.edu.br/>. No mesmo link também estão disponíveis para download em formato editável todos os dados utilizados, de forma a facilitar o uso futuro por outros pesquisadores.

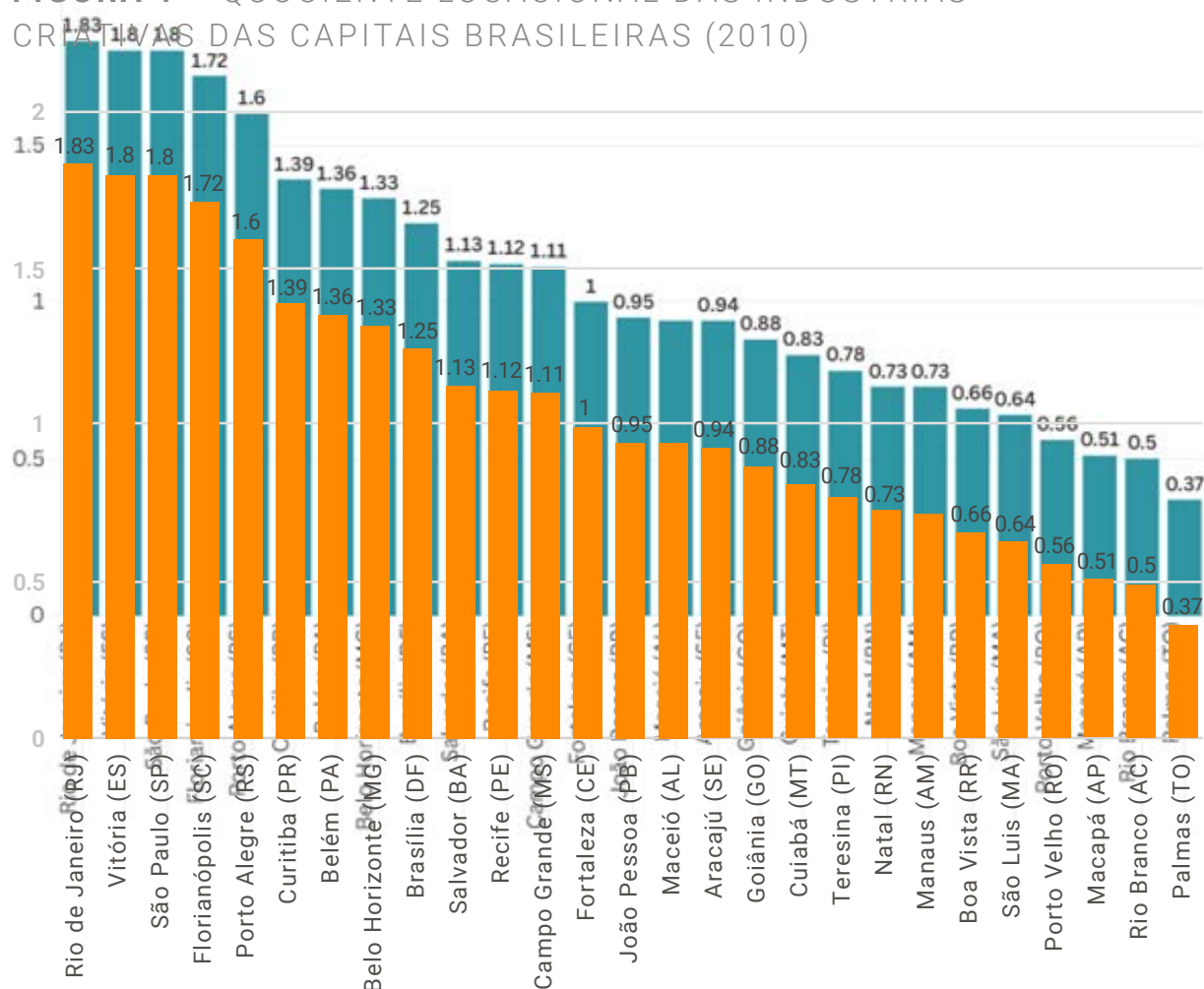
Tendo em vista o grande volume de dados coletados são possíveis inúmeras análises, sendo assim, os resultados aqui apresentados não buscam dar conta de todas as análises possíveis, mas tão somente discutir os aspectos de maior destaque ao mesmo tempo que apresenta o modelo interpretativo que pode ser aplicado para outras análises. Nesse sentido, serão abordados os dados atinentes ao quociente locacional, às dimensões que compõem o IDPEC e o próprio índice (2019 e 2023).

QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)

O quociente locacional indica o nível de especialização produtiva das capitais brasileiras nas indústrias criativas, de modo que aquelas que obtiveram resultado superior a 1 podem ser consideradas especializadas em economia criativa quando comparadas ao padrão brasileiro. A partir dos dados coletados é possível acompanhar a evolução histórica do quociente locacional, ou do nível de especialização produtiva, de cada capital entre os anos de 2010 e 2023. O primeiro ponto a se perceber é a marcante desigualdade regional. As capitais que possuem quociente locacional superior a 1 tendem a se localizar, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No outro extremo, tanto em 2010 quanto em 2023, as dez capitais com os piores desempenhos no quociente locacional eram todas das regiões Norte e Nordeste do país.

No ano de 2010 por exemplo, das dez capitais mais especializadas em economia criativa, somente duas não eram do Centro-Sul (Belém-PA e Salvador-BA). Na época, o destaque ficava por conta da cidade do Rio de Janeiro, que apresentava o maior quociente locacional, de 1,83.

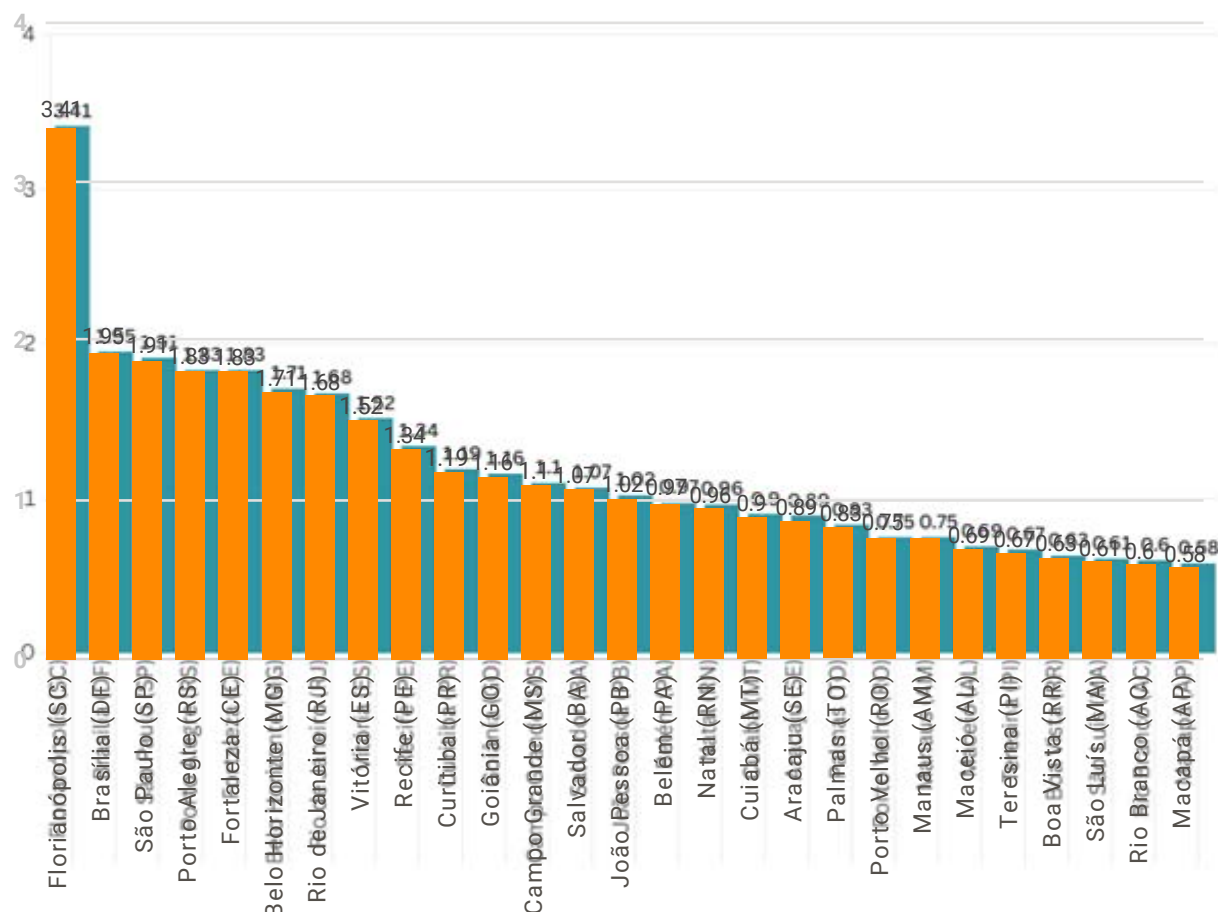
FIGURA 1 – QUOCIENTE LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2010)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Treze anos depois, em 2023, a concentração regional se manteve, porém Belém (PA) e Salvador (BA) deram lugar para Fortaleza (CE) e Recife (PE) entre as dez capitais com maior quociente locacional. Com relação às outras, o ranking não sofreu alteração na composição, sendo as mesmas capitais que já constavam em 2010 entre as dez com maiores resultados.

FIGURA 1 – QUOCIENTE LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2010)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora a composição do ranking tenha se mantido parcialmente inalterada, houve mudanças substanciais na ordem das capitais com maior quociente locacional. O Rio de Janeiro-RJ, por exemplo, caiu da primeira posição para a sétima, obtendo queda de 0,15 no resultado de seu QL. Fenômeno similar ocorreu em Vitória-ES (queda de 0,28) e Curitiba-PR (menos 0,20). Em contrapartida, Florianópolis apresentou um crescimento vertiginoso,

saltando de um quociente locacional de 1,72 e da quarta posição em 2010, para um QL de 3,41 e para a primeira posição, com ampla diferença para o segundo colocado em 2023. Outros destaques foram Fortaleza-CE, Brasília-DF e Belo Horizonte-MG. Entre 2010 e 2019 a capital cearense apresentou um desempenho lateralizado, oscilando em torno de um QL de 1,0; em 2020 saltou para o patamar de 1,83, onde se manteve até 2023. O marco de Brasília-DF se deu em 2021, quando o quociente locacional alcançou 1,93, superando em 0,38 o pico anterior que havia sido em 2019. Já Belo Horizonte-MG desde 2020 vem apresentando um crescimento contínuo, saindo do valor de 1,28 de 2019 para o de 1,71 em 2023. As demais cidades que aparecem entre os dez maiores quocientes locacionais em 2023 demonstraram um comportamento oscilante ou lateralizado, com melhoras em relação ao desempenho de 2010, mas sem maiores destaques. Em nosso site (<https://indicedaeconomiacriativa.espm.edu.br/>) é possível explorar os resultados do quociente locacional de cada capital ao longo dos anos com mais detalhes.

Ressalta-se que os resultados do quociente locacional não visam apontar quais são as cidades mais criativas. Como explicado anteriormente, o QL é um indicador de especialização regional comparativa, ou seja, sinaliza as capitais que possuem maior concentração

proporcional de empregos formais nos setores criativos em comparação com o país. Portanto, na prática, a queda do quociente locacional, como no caso do Rio de Janeiro-RJ, Vitória-ES e Curitiba-PR, significa que estas capitais perderam em concentração criativa em relação ao Brasil.

Essa perda, repita-se, é relativa, sendo assim não necessariamente está associada à redução em números absolutos dos empregos formais nos setores criativos. O QL de uma capital pode diminuir mesmo que seu número absoluto de empregos criativos formais tenha aumentado. Relembramos que o quociente locacional corresponde a uma divisão de frações: o percentual de empregos nos setores criativos de uma cidade dividido pelo percentual de empregos nos setores criativos do país. Assim, a queda do quociente locacional pode ocorrer a partir de dois fenômenos: a redução do percentual de empregos criativos da cidade ou o aumento percentual de empregos criativos do país.

No primeiro fenômeno, a diminuição percentual de empregos criativos da cidade pode ocorrer tanto por conta de um aumento do número de empregos totais (se os empregos totais da cidade aumentam mais que o número de empregos criativos, o percentual de empregos criativos diminui) quanto pela queda do número de empregos criativos. Pelo primeiro exemplo percebe-se que

é possível que mesmo em um contexto de aumento do número absoluto de empregos criativos de uma cidade, o quociente locacional desta localidade pode diminuir, basta que o número de empregos totais aumente mais. O inverso também é verdade, é possível que o quociente locacional de uma cidade aumente mesmo que o número de empregos criativos diminua, desde que o número de empregos totais da cidade reduza mais. Em ambas as situações considera-se que o percentual de empregos criativos do país permanece constante.

No segundo fenômeno, o percentual de empregos criativos do país aumenta, sendo assim, se o percentual de empregos criativos da capital permanece constante, a cidade passará a ser, comparativamente, menos especializada em economia criativa (haja vista o país ter se especializado mais), logo o quociente locacional diminuirá. Pela explicação do parágrafo anterior, verifica-se que o aumento do percentual de empregos criativos do país pode ocorrer tanto por conta do aumento do número absoluto de empregos criativos (mantido o número de empregos totais) quanto pela diminuição de empregos totais (mantido o número de empregos criativos). Em contexto de crescimento dos dois, basta que o número de empregos criativos cresça mais que o número de empregos totais para que o percentual criativo aumente. Já na queda de ambos, basta que o número

de empregos criativos caia menos do que o número de empregos totais para o percentual criativo subir.

Diante do exposto, o quociente locacional não é uma métrica indicada para aferir o crescimento ou redução em números absolutos de determinada localidade, sendo, porém, extremamente útil para mensurar as diferenças entre as regiões do país e o nível de especialização comparativo. Como se verifica a partir dos resultados discutidos, as capitais mais especializadas em economia criativa concentram-se na região Centro-Sul em detrimento do Norte e do Nordeste do país.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DA ECONOMIA CRIATIVA (IDPEC)

Como já mencionado ao longo do relatório, a proposta do IDPEC é estimar o potencial de um município ou estado em se desenvolver por meio da economia criativa. Trata-se de um índice composto de dados secundários, cujas três dimensões são: capacidades humanas; atratividade e conectividade espacial; ambiente cultural e empreendedorismo criativo. À exemplo do próprio IDPEC, as dimensões só foram calculadas para os anos de 2019 e 2023.

Se o quociente locacional indica uma situação atual sobre a importância dos setores criativos em uma dada localidade, o IDPEC projeta o futuro dessa localidade indicando se é possível o desenvolvimento econômico por meio dos setores criativos.

Nos quadros 3 e 4 apresentamos os dados coletados de cada variável e nos quadros 5 e 6 indicamos os resultados normalizados das variáveis, das dimensões e do IDPEC. As dimensões estão indicadas nos quadros como D1 (capacidades humanas); D2 (atratividade e conectividade espacial); D3 (ambiente cultural e empreendedorismo criativo). As variáveis que compõem cada dimensão estão representadas respectivamente como D1V1 (pessoas com ensino superior); D1V2 (qualidade da educação básica); D1V3 (orçamento público municipal em educação); D2V1 (segurança urbana); D2V2 (conectividade digital); D2V3 (conectividade aérea); D3V1 (orçamento público municipal em cultura); D3V2 (empreendedorismo); e D3V3 (ambiente institucional).

QUADRO 3 - DADOS DAS VARIÁVEIS DO IDPEC PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS (2019)

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3
Porto Velho (RO)	14,90%	4,1	R\$ 664,21	41,00	15,9	1,43	R\$ 7,41	0,008	5,65
Rio Branco (AC)	17,20%	3,9	R\$ 444,47	53,60	12,7	0,88	R\$ 12,21	0,006	6,76

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3
Manaus (AM)	16,90%	3,4	R\$ 658,92	51,13	15,1	1,40	R\$ 24,55	0,008	5,46
Boa Vista (RR)	18,30%	3,7	R\$ 838,02	52,21	8,4	0,92	R\$ 23,30	0,007	6,36
Belém (PA)	18,00%	3,3	R\$ 369,63	39,78	15	2,42	R\$ 10,11	0,009	5,17
Macapá (AP)	18,00%	3,3	R\$ 385,07	53,68	11,5	1,23	R\$ 8,44	0,006	4,77
Palmas (TO)	20,70%	4	R\$ 1.060,03	40,09	17,9	1,98	R\$ 36,60	0,016	6,01
São Luís (MA)	14,20%	4,2	R\$ 611,64	31,61	16,6	1,48	R\$ 34,78	0,008	4,88
Teresina (PI)	14,90%	3,9	R\$ 657,69	40,17	15,3	1,36	R\$ 7,77	0,009	5,53
Fortaleza (CE)	17,50%	4,3	R\$ 559,55	52,21	16,6	2,71	R\$ 27,10	0,010	7,09
Natal (RN)	21,90%	3,6	R\$ 483,58	48,65	20,2	2,64	R\$ 36,56	0,010	5,63
João Pessoa (PB)	24,00%	3,9	R\$ 529,29	28,86	21,6	1,68	R\$ 13,07	0,013	6,38
Recife (PE)	21,40%	4,2	R\$ 613,97	63,68	14,9	5,36	R\$ 73,29	0,010	5,57
Maceió (AL)	15,70%	3,8	R\$ 337,58	41,78	11,8	2,10	R\$ 10,50	0,009	4,71
Aracaju (SE)	21,00%	3,7	R\$ 323,95	53,47	19,8	1,74	R\$ 2,80	0,010	5,65
Salvador (BA)	21,40%	3,1	R\$ 452,68	62,72	15,3	2,60	R\$ 4,99	0,011	6,74

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3
Belo Horizonte (MG)	24,80%	4	R\$ 729,43	27,66	32,3	4,41	R\$ 27,84	0,017	7,19
Vitória (ES)	33,70%	4,7	R\$ 1.222,05	37,12	31	9,18	R\$ 30,83	0,016	6,56
Rio de Janeiro (RJ)	26,80%	3,5	R\$ 729,44	48,71	25,9	3,45	R\$ 21,43	0,014	5,26
São Paulo (SP)	26,00%	4,1	R\$ 1.054,68	20,15	28,4	5,40	R\$ 61,34	0,016	6,75
Curitiba (PR)	29,70%	4,5	R\$ 680,59	24,05	32,6	3,41	R\$ 30,29	0,018	7,6
Florianópolis (SC)	34,20%	4	R\$ 1.018,82	20,49	43,3	7,75	R\$ 25,32	0,023	6,33
Porto Alegre (RS)	28,90%	3,8	R\$ 424,63	27,79	32,2	5,61	R\$ 15,35	0,012	6,63
Campo Grande (MS)	21,30%	4,1	R\$ 1.047,72	19,08	23,1	1,70	R\$ 21,31	0,015	5,36
Cuiabá (MT)	24,70%	3,4	R\$ 751,88	23,39	26,4	4,81	R\$ 32,66	0,014	6,3
Goiânia (GO)	22,70%	4,7	R\$ 733,50	38,31	27	2,12	R\$ 6,18	0,016	6,41
Brasília (DF)	27,60%	4	R\$ 1.616,29	18,09	23,9	5,67	R\$ 55,26	0,012	5,44

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 4 - DADOS DAS VARIÁVEIS DO IDPEC PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS (2023)

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3
Porto Velho (RO)	14,50%	4	R\$ 927,88	49,37	30,1	1,04	R\$ 12,32	0,006	4,31
Rio Branco (AC)	18,50%	4,1	R\$ 804,88	33,38	24,2	0,73	R\$ 31,33	0,005	6,37
Manaus (AM)	17,90%	4	R\$ 958,92	45,53	23,1	1,14	R\$ 43,62	0,008	5,61
Boa Vista (RR)	18,40%	3,7	R\$ 1.221,27	36,88	15,8	0,91	R\$ 102,83	0,008	6,07
Belém (PA)	21,30%	4,5	R\$ 510,63	20,84	21,8	2,33	R\$ 18,61	0,005	5,75
Macapá (AP)	22,60%	3,7	R\$ 785,38	68,34	25,9	1,16	R\$ 55,33	0,004	4,81
Palmas (TO)	28,10%	4,4	R\$ 1.742,96	51,06	32,7	2,23	R\$ 99,79	0,013	5,11
São Luís (MA)	19,30%	4,2	R\$ 1.032,63	30,47	21,1	1,39	R\$ 93,74	0,007	6,33
Teresina (PI)	21,50%	4,6	R\$ 1.209,03	40,98	25	1,21	R\$ 29,26	0,007	5,7
Fortaleza (CE)	17,50%	4,3	R\$ 963,86	52,67	26,7	2,07	R\$ 36,81	0,008	7,02
Natal (RN)	21,40%	3,6	R\$ 701,72	27,10	31,1	2,51	R\$ 81,76	0,007	5,69
João Pessoa (PB)	25,80%	3,7	R\$ 951,70	32,09	31	1,71	R\$ 29,88	0,010	6,97
Recife (PE)	21,40%	4,4	R\$ 892,17	79,35	17,2	5,44	R\$ 120,46	0,007	6,25

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3
Maceió (AL)	15,50%	4	R\$ 628,74	59,03	19,5	2,27	R\$ 48,37	0,008	5,86
Aracaju (SE)	26,60%	3,9	R\$ 687,59	43,26	30,2	1,73	R\$ 18,17	0,007	6,08
Salvador (BA)	20,10%	3,6	R\$ 745,91	59,86	19,9	2,48	R\$ 28,39	0,006	7,06
Belo Horizonte (MG)	30,10%	4	R\$ 1.120,38	34,46	38,8	4,11	R\$ 36,72	0,012	7,45
Vitória (ES)	37,10%	4,6	R\$ 1.851,93	63,59	38,8	8,37	R\$ 71,51	0,012	6,86
Rio de Janeiro (RJ)	32,50%	3,2	R\$ 988,84	37,21	28,7	2,86	R\$ 39,73	0,009	5,95
São Paulo (SP)	29,90%	4,2	R\$ 1.654,98	22,57	36	5,13	R\$ 82,38	0,014	6,89
Curitiba (PR)	31,30%	4,9	R\$ 998,20	34,88	42,5	2,87	R\$ 60,61	0,015	7,79
Florianópolis (SC)	39,10%	3,8	R\$ 1.665,12	15,49	50,6	7,57	R\$ 59,89	0,025	6,98
Porto Alegre (RS)	31,00%	3,6	R\$ 646,97	25,86	41,2	5,05	R\$ 29,96	0,010	6,69
Campo Grande (MS)	26,10%	3,8	R\$ 1.337,94	25,22	34,9	1,64	R\$ 22,04	0,012	5,78
Cuiabá (MT)	22,70%	4,1	R\$ 1.258,76	20,85	30,5	4,55	R\$ 37,77	0,018	5,76
Goiânia (GO)	29,80%	4,8	R\$ 1.035,28	25,58	32	2,25	R\$ 4,15	0,015	6,56
Brasília (DF)	32,60%	3,8	R\$ 1.784,99	18,07	29,9	4,79	R\$ 94,79	0,008	4,32

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 5 - DADOS NORMALIZADOS DAS VARIÁVEIS, DIMENSÕES E IDPEC PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS (2019)

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3	D1	D2	D3	IDPEC
Porto Velho (RO)	0,04	0,63	0,26	0,50	0,21	0,07	0,07	0,11	0,33	0,41	0,33	0,21	0,35
Rio Branco (AC)	0,15	0,50	0,09	0,22	0,12	0,00	0,13	0,01	0,71	0,32	0,15	0,40	0,33
Manaus (AM)	0,14	0,19	0,26	0,28	0,19	0,06	0,31	0,16	0,26	0,21	0,21	0,27	0,24
Boa Vista (RR)	0,21	0,38	0,40	0,25	0,00	0,01	0,29	0,07	0,57	0,36	0,13	0,39	0,34
Belém (PA)	0,19	0,13	0,04	0,52	0,19	0,19	0,10	0,17	0,16	0,14	0,36	0,15	0,25
Macapá (AP)	0,19	0,13	0,05	0,22	0,09	0,04	0,08	0,00	0,02	0,14	0,15	0,05	0,13
Palmas (TO)	0,33	0,56	0,57	0,52	0,27	0,13	0,48	0,63	0,45	0,53	0,37	0,21	0,55
São Luís (MA)	0,00	0,69	0,22	0,70	0,23	0,07	0,45	0,16	0,06	0,42	0,44	0,29	0,41
Teresina (PI)	0,04	0,50	0,26	0,52	0,20	0,06	0,07	0,17	0,28	0,34	0,33	0,21	0,32
Fortaleza (CE)	0,17	0,75	0,18	0,25	0,23	0,22	0,34	0,26	0,82	0,46	0,24	0,57	0,48
Natal (RN)	0,39	0,31	0,12	0,33	0,34	0,21	0,48	0,28	0,32	0,32	0,31	0,39	0,35
João Pessoa (PB)	0,04	0,63	0,26	0,50	0,21	0,07	0,07	0,11	0,33	0,41	0,33	0,21	0,35
Recife (PE)	0,49	0,50	0,16	0,76	0,38	0,10	0,15	0,44	0,58	0,44	0,52	0,46	0,49

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3	D1	D2	D3	IDPEC
Maceió (AL)	0,08	0,44	0,01	0,48	0,10	0,15	0,11	0,18	0,00	0,25	0,31	0,12	0,26
Aracaju (SE)	0,34	0,38	0,00	0,22	0,33	0,10	0,00	0,27	0,33	0,30	0,26	0,25	0,28
Salvador (BA)	0,36	0,00	0,10	0,02	0,20	0,21	0,03	0,29	0,70	0,21	0,17	0,45	0,33
Belo Horizonte (MG)	0,53	0,56	0,31	0,79	0,68	0,42	0,36	0,66	0,86	0,51	0,69	0,71	0,67
Vitória (ES)	0,98	1,00	0,69	0,58	0,65	1,00	0,40	0,60	0,64	0,94	0,81	0,59	0,84
Rio de Janeiro (RJ)	0,63	0,25	0,31	0,33	0,50	0,31	0,26	0,51	0,19	0,46	0,41	0,38	0,43
São Paulo (SP)	0,59	0,63	0,57	0,95	0,57	0,54	0,83	0,59	0,71	0,60	0,76	0,75	0,73
Curitiba (PR)	0,78	0,88	0,28	0,87	0,69	0,30	0,39	0,70	1,00	0,74	0,72	0,80	0,77
Florianópolis (SC)	1,00	0,56	0,54	0,95	1,00	0,83	0,32	1,00	0,56	0,78	0,95	0,74	0,86
Porto Alegre (RS)	0,74	0,44	0,08	0,79	0,68	0,57	0,18	0,35	0,66	0,53	0,72	0,48	0,61
Campo Grande (MS)	0,36	0,63	0,56	0,98	0,42	0,10	0,26	0,54	0,22	0,56	0,65	0,40	0,58
Cuiabá (MT)	0,53	0,19	0,33	0,88	0,52	0,47	0,42	0,50	0,55	0,40	0,69	0,51	0,58
Goiânia (GO)	0,43	1,00	0,32	0,56	0,53	0,15	0,05	0,63	0,59	0,69	0,48	0,52	0,60
Brasília (DF)	0,67	0,56	1,00	1,00	0,44	0,58	0,74	0,39	0,25	0,82	0,77	0,55	0,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 6 - DADOS NORMALIZADOS DAS VARIÁVEIS, DIMENSÕES E IDPEC PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS (2023)

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3	D1	D2	D3	IDPEC
Porto Velho (RO)	0,00	0,47	0,31	0,47	0,41	0,04	0,07	0,07	0,00	0,34	0,38	0,06	0,31
Rio Branco (AC)	0,16	0,53	0,22	0,72	0,24	0,00	0,23	0,01	0,59	0,36	0,44	0,38	0,41
Manaus (AM)	0,14	0,47	0,33	0,53	0,21	0,05	0,34	0,16	0,37	0,37	0,34	0,33	0,35
Boa Vista (RR)	0,16	0,29	0,53	0,67	0,00	0,02	0,85	0,19	0,51	0,39	0,34	0,63	0,50
Belém (PA)	0,28	0,76	0,00	0,92	0,17	0,21	0,12	0,05	0,41	0,47	0,56	0,26	0,48
Macapá (AP)	0,33	0,29	0,20	0,17	0,29	0,06	0,44	0,00	0,14	0,30	0,21	0,27	0,27
Palmas (TO)	0,55	0,71	0,92	0,44	0,49	0,20	0,82	0,41	0,23	0,79	0,42	0,58	0,66
São Luís (MA)	0,20	0,59	0,39	0,77	0,15	0,09	0,77	0,12	0,58	0,46	0,45	0,60	0,53
Teresina (PI)	0,28	0,82	0,52	0,60	0,26	0,06	0,22	0,13	0,40	0,63	0,40	0,29	0,50
Fortaleza (CE)	0,12	0,65	0,34	0,42	0,31	0,18	0,28	0,17	0,78	0,46	0,34	0,51	0,46
Natal (RN)	0,28	0,24	0,14	0,82	0,44	0,23	0,67	0,11	0,40	0,24	0,59	0,48	0,50
João Pessoa (PB)	0,46	0,29	0,33	0,74	0,44	0,13	0,22	0,28	0,76	0,39	0,54	0,51	0,50
Recife (PE)	0,28	0,71	0,28	0,00	0,04	0,62	1,00	0,14	0,56	0,49	0,32	0,71	0,57

CAPITAL	D1V1	D1V2	D1V3	D2V1	D2V2	D2V3	D3V1	D3V2	D3V3	D1	D2	D3	IDPEC
Maceió (AL)	0,04	0,47	0,09	0,32	0,11	0,20	0,38	0,16	0,45	0,27	0,24	0,38	0,32
Aracaju (SE)	0,49	0,41	0,13	0,57	0,41	0,13	0,12	0,12	0,51	0,41	0,44	0,31	0,41
Salvador (BA)	0,23	0,24	0,18	0,31	0,12	0,23	0,21	0,08	0,79	0,22	0,25	0,48	0,36
Belo Horizonte (MG)	0,63	0,47	0,45	0,70	0,66	0,44	0,28	0,35	0,90	0,55	0,65	0,61	0,62
Vitória (ES)	0,92	0,82	1,00	0,25	0,66	1,00	0,58	0,37	0,73	0,94	0,76	0,62	0,83
Rio de Janeiro (RJ)	0,73	0,00	0,36	0,66	0,37	0,28	0,31	0,20	0,47	0,48	0,50	0,37	0,47
São Paulo (SP)	0,63	0,59	0,85	0,89	0,58	0,58	0,67	0,49	0,74	0,73	0,73	0,68	0,72
Curitiba (PR)	0,68	1,00	0,36	0,70	0,77	0,28	0,49	0,53	1,00	0,79	0,66	0,76	0,76
Florianópolis (SC)	1,00	0,35	0,86	1,00	1,00	0,90	0,48	1,00	0,77	0,85	0,98	0,84	0,91
Porto Alegre (RS)	0,67	0,24	0,10	0,84	0,73	0,57	0,22	0,28	0,68	0,43	0,76	0,47	0,61
Campo Grande (MS)	0,47	0,35	0,62	0,85	0,55	0,12	0,15	0,36	0,42	0,52	0,63	0,36	0,55
Cuiabá (MT)	0,33	0,53	0,56	0,92	0,42	0,50	0,29	0,64	0,42	0,51	0,70	0,51	0,60
Goiânia (GO)	0,62	0,94	0,39	0,84	0,47	0,20	0,00	0,52	0,65	0,74	0,61	0,50	0,66
Brasília (DF)	0,74	0,35	0,95	0,96	0,41	0,53	0,78	0,18	0,00	0,78	0,72	0,45	0,71

Fonte: Elaborado pelos autores.

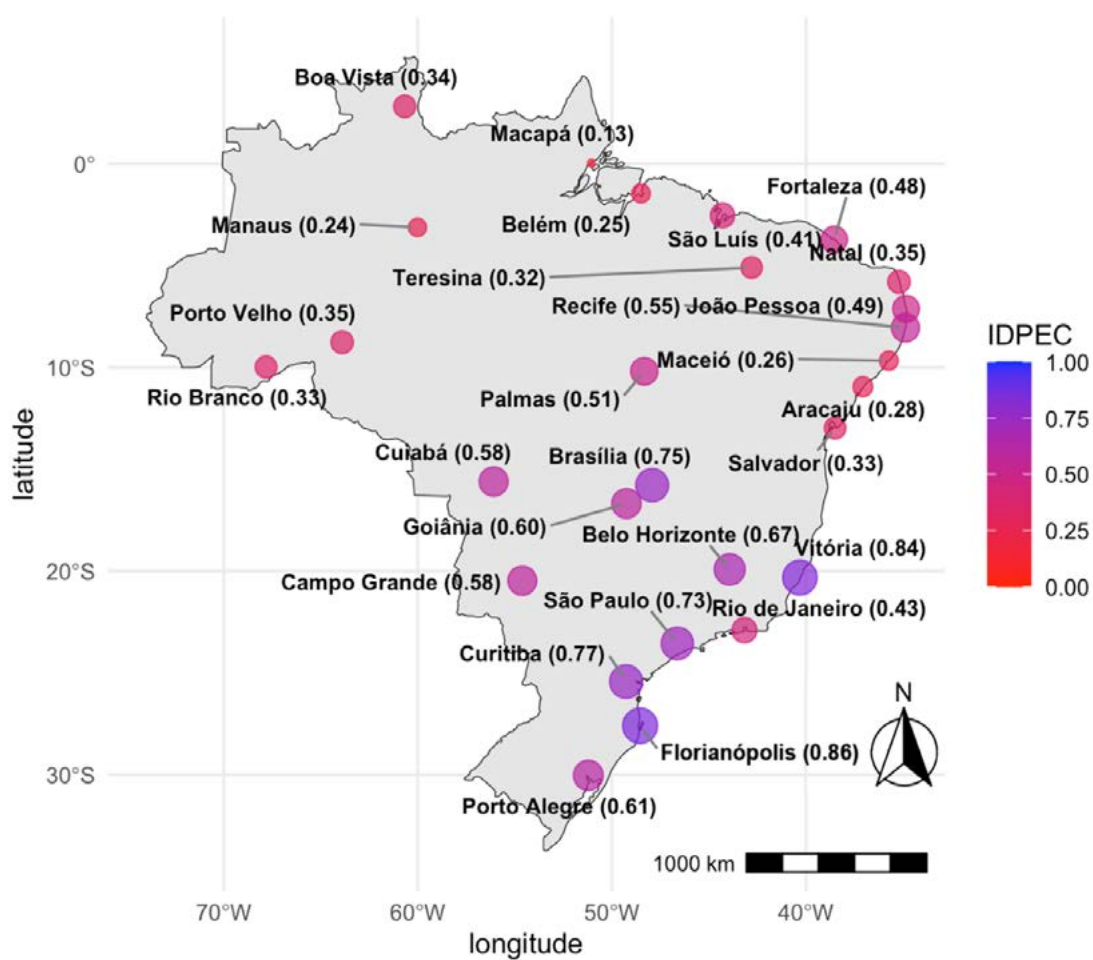
Utilizando a técnica da regressão linear testamos se o IDPEC tem capacidade de explicar o resultado do quociente locacional. Considerando que temos resultados de 2019 e de 2023 para 27 capitais, rodamos o modelo considerando os 54 resultados. O coeficiente de correlação entre o IDPEC e o QL foi de 0,697 e o valor-p inferior a 0,05. De certa forma, podemos dizer que cerca de 70% do resultado do QL das capitais pode ser explicado pelo IDPEC, de maneira que abre-se a possibilidade de pensarmos políticas para o desenvolvimento da economia criativa.

Como já mencionado em outros momentos, IDPEC tem como objetivo estimar o potencial de um município ou estado em se desenvolver por meio da economia criativa. A sua validação como componente explicativo do QL reforça esse propósito, inclusive para aqueles municípios que não podem ser considerados especializados em economia criativa (QL inferior a 1), pois revela a possibilidade, a existência de um potencial, de indução do desenvolvimento por meio da economia criativa e suas atividades produtivas. Em outras palavras, um bom IDPEC não necessariamente retrata a existência de um ecossistema criativo consolidado, mas indica que a capital reúne um substrato favorável à proliferação dos setores criativos. Por outro lado, casos de capitais com QL alto mas com IDPEC baixo indicam contextos em que

a economia criativa local se desenvolve a partir da força de sua própria aglomeração, mas que as condições adversas identificadas no IDPEC agem como freio a um melhor desenvolvimento. Em suma, o IDPEC não sinaliza quais são as capitais mais criativas ou as que tendem a ser mais criativas, somente mensura, a partir de uma perspectiva econômica, quais são as que possuem as condições materiais de mobilizarem a economia criativa e suas atividades produtivas como um instrumento do desenvolvimento.

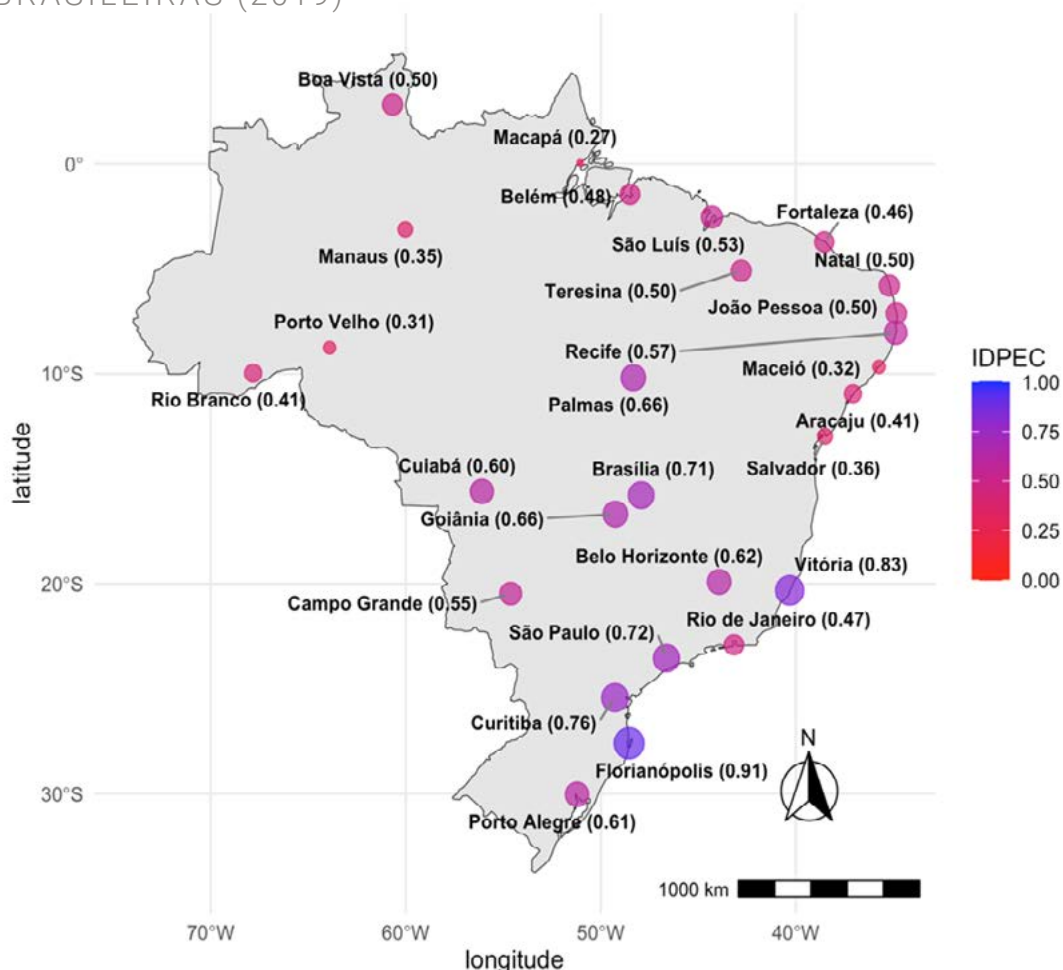
Os resultados do IDPEC podem variar de 0 até 1. À exemplo do quociente locacional, os melhores resultados estão concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No ano de 2019 os dez maiores IDPECs estavam nessas regiões, enquanto em 2023, a única exceção fica por conta de Palmas (TO), puxado pelo desempenho na dimensão de capacidades humanas. O ranqueamento das cinco capitais com o melhor desempenho ficou praticamente inalterado entre os dois anos: Florianópolis-SC, Vitória-ES, Curitiba-PR, Brasília-DF e São Paulo-SP, sendo que em 2023 São Paulo e Brasília inverteram de posição. O caso de Brasília-DF deve ser sopesado, diferentemente das outras capitais, a capital nacional possui características híbridas de município e de Estado, o que impacta diretamente na formulação de políticas públicas, nos gastos públicos e na estrutura administrativa.

FIGURA 3 - MAPA DOS RESULTADOS DO IDPEC DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

FIGURA 3 - MAPA DOS RESULTADOS DO IDPEC DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se verifica, nem sempre os resultados no IDPEC são refletidos nos valores de quociente locacional, embora seja esta a tendência estatística e teórica. Essas diferenças ensejaram a formulação de um *framework* capaz de compreender essas nuances e subsidiar a intervenção pública, auxiliando na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos setores criativos.

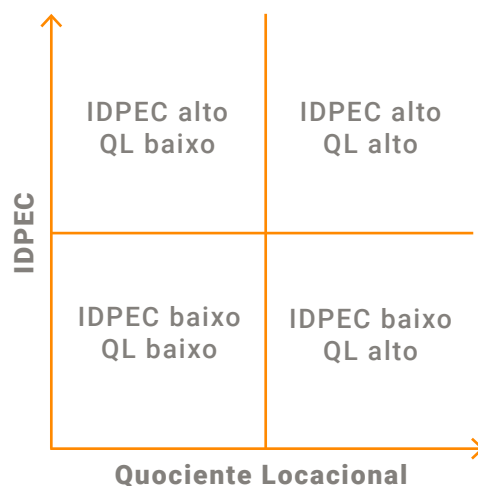


MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA

Da análise da relação entre IDPEC e QL emerge a proposição de uma matriz de políticas públicas para o fortalecimento da economia criativa como instrumento do desenvolvimento.

A matriz de políticas públicas para a economia criativa divide as capitais brasileiras em quatro grupos: (i) capitais com alto IDPEC e alto QL; (ii) capitais com alto IDPEC e baixo QL; (iii) baixo IDPEC e baixo QL; (iv) baixo IDPEC e alto QL. Como pode-se perceber a Matriz consiste em dividir em quadrantes um gráfico cujo eixo x corresponde ao QL e o eixo y ao IDPEC.

FIGURA 5 - MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como critério para a divisão foram considerados de quociente locacional alto os municípios que apresentaram valor superior a 1, ou seja, as capitais que são especializadas em economia criativa. Já para o IDPEC foi utilizado o valor da mediana de todos os municípios.

As capitais pertencentes ao primeiro quadrante (IDPEC alto e QL alto) apresentam uma tendência de crescimento, haja vista combinarem a alta concentração de empregos criativos com um contexto favorável à mobilização produtiva da cultura e da criatividade. Em conjunto, essas características transparecem como ativos à atração e à proliferação de mais negócios criativos, seja pelo benefício da economia de aglomeração ou pelo ambiente que reúne mão de obra qualificada, conectividade e empreendedorismo cultural. Neste grupo destacam-se

para ambos os anos Florianópolis-SC, São Paulo-SP, Vitória-ES, Curitiba-PR e Brasília-DF.

O segundo quadrante (IDPEC alto e QL baixo) é marcado pelas capitais que não contam com uma concentração relevante dos setores criativos, porém demonstram um contexto propício a desenvolvê-los dado o bom desempenho nos fatores que atuam como indutores da aglomeração de empresas do setor. Sendo assim, estas cidades possuem um potencial a ser explorado, ou seja, as condições que favorecem à criatividade ainda não foram suficientemente articuladas economicamente de forma a reverberar na realidade. Entre essas capitais estão Palmas-TO e Cuiabá-MT.

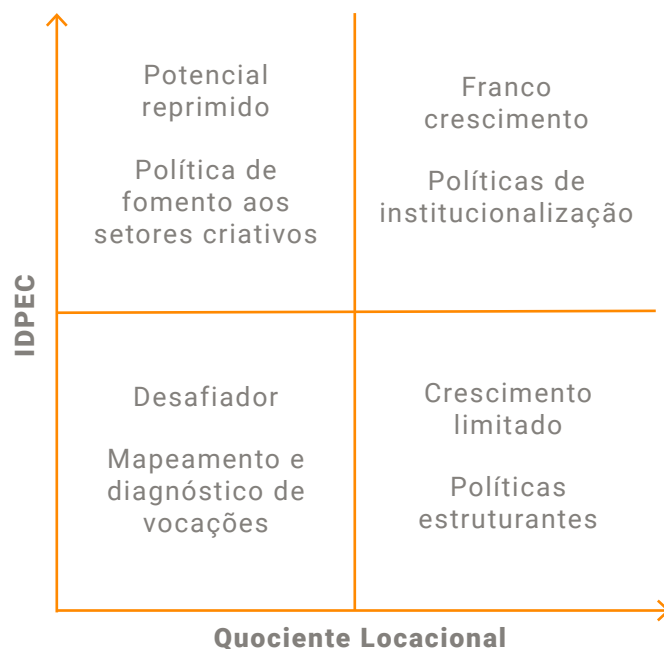
O terceiro quadrante (IDPEC baixo e QL baixo) refere-se às cidades de cenário desafiador, além de não possuírem concentração significativa de empregos criativos, não possuem bons indicadores nos recursos considerados necessários ao desenvolvimento dos setores criativos. Nesse quadrante estão boa parte das capitais do Norte e algumas do Nordeste brasileiro. Importante frisar que esse resultado se refere à nossa análise econômica dos setores criativos, sendo assim, não refletem a diversidade e complexidade cultural dessas regiões.

Por fim, o quarto quadrante (IDPEC baixo e QL alto) trata das capitais que possuem forte presença de empregos

criativos, porém com condicionantes frágeis que acabam por limitar o seu desenvolvimento, que poderia ser muito melhor. Nessas capitais, o motor da economia criativa é fruto da trajetória histórica. Um risco para essas capitais é a estagnação ou declínio, caso as condições não sejam alteradas. Encontram-se nesse quadrante, em ambos os anos, as duas antigas capitais nacionais, Salvador-BA e Rio de Janeiro-RJ. Nos dois casos, verifica-se queda do QL entre 2010 e 2023.

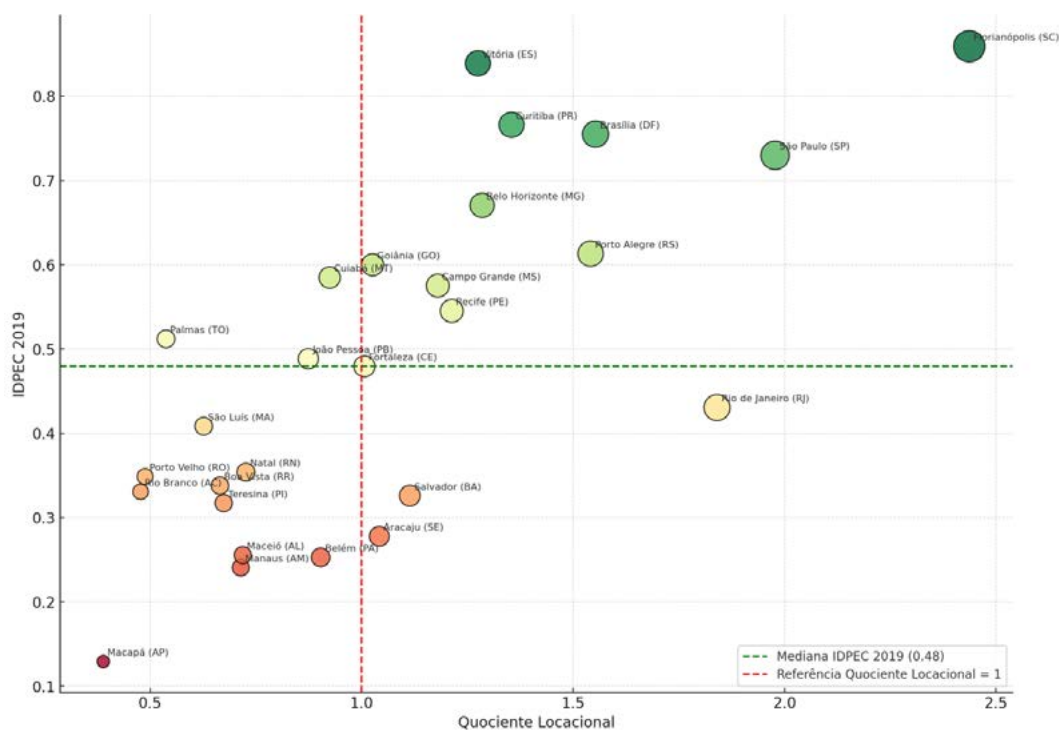
Algumas capitais oscilaram em torno da divisória dos quadrantes e não tiveram um comportamento muito demarcado em nenhum dos anos. João Pessoa-PB, por exemplo, nos dois anos, ficou muito próximo da interseção dos quatro quadrantes, Campo Grande-MS e Recife-PE ficaram no primeiro quadrante nos dois anos, mas muito próximas ao centro da matriz. Outras mudaram significativamente de quadrante, Fortaleza-CE em 2023 passou para o quadrante de IDPEC baixo e QL alto, enquanto em 2019 estava bem ao centro da matriz, sem quadrante definido.

FIGURA 6 - MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA: CENÁRIO E RECOMENDAÇÕES



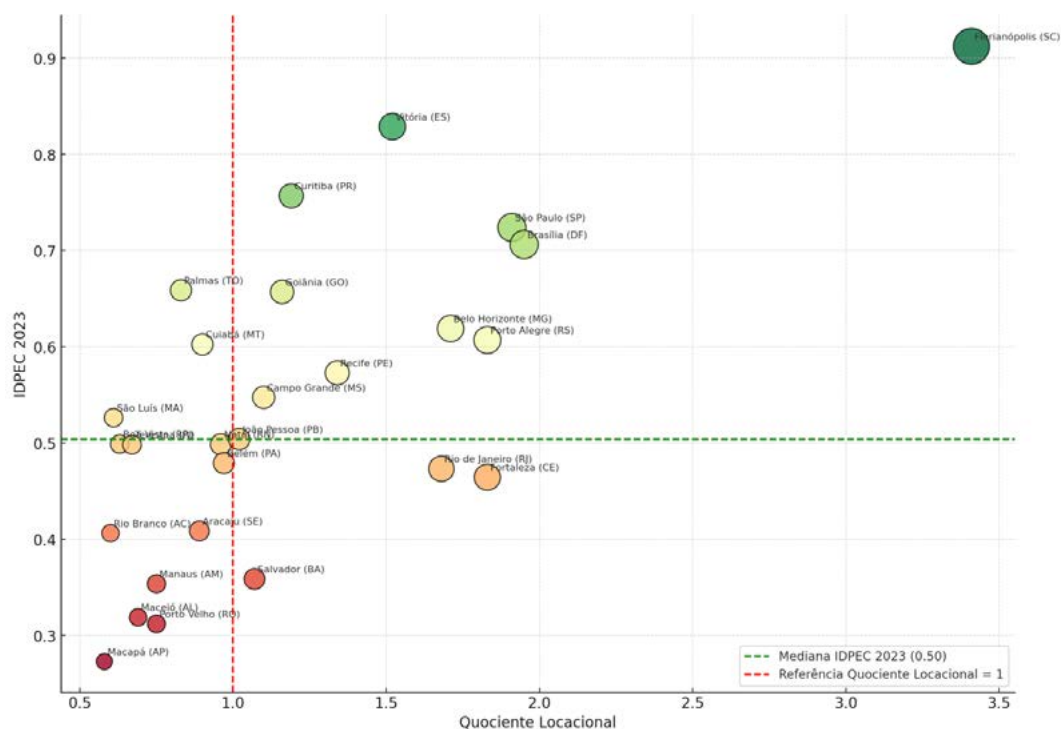
Fonte: Elaborado pelos autores.

FIGURA 7 - RESULTADOS MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA (2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

FIGURA 8 - RESULTADOS MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA (2023)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos cenários descritos e do diagnóstico oferecido pela matriz é possível estabelecer algumas diretrizes para a formulação de políticas públicas para os setores criativos.

As capitais de franco crescimento tendem a atravessar um contexto de surgimento de novos empreendimentos e postos de trabalho, ao passo que os mais antigos buscam consolidação. Diante disso, recomenda-se a estruturação de políticas de regulação e institucionalização, que podem incluir normas de planejamento urbano,

reconhecimento institucional e regulamentação. Por outro lado, tendo em vista a consolidação, políticas comerciais podem ser bem-vindas, especialmente as voltadas à exportação - para outras regiões, não necessariamente para outros países.

A conjuntura de potencial reprimido, por sua vez, exige a criação de incentivos que possam despertar as qualidades latentes e deflagrar o adensamento dos setores criativos. Possíveis estímulos estão ligados a políticas de fomento e atração de investimentos privados, o que pode ocorrer por intermédio da formulação de uma política de editais públicos e de uma política fiscal, através do estabelecimento de subsídios. Complementarmente podem ser usados instrumentos da política industrial com vista à formação de *clusters* locais.

No quadrante identificado como desafiador, a fragilidade dos fatores condicionantes da economia criativa associada à baixa densidade criativa delineia um contexto que requer a reavaliação do ambiente criativo municipal. Assim sendo, é aconselhável que se faça um mapeamento e diagnóstico dos setores criativos que podem ser fortalecidos. Com base nesse diagnóstico talvez seja possível identificar as especificidades da cidade para uma cadeia produtiva específica. De maneira mais genérica sugere-se a adoção de políticas de

formação, capacitação e empreendedorismo de mão de obra criativa.

O cenário de crescimento limitado demanda políticas estruturantes de forma a restabelecer a atratividade do ambiente de negócios e retomar a trajetória de crescimento. Nesses casos, verifica-se a existência de um ecossistema criativo importante, mas que enfrenta limites ao seu desenvolvimento (freios) em função da fragilidade dos condicionantes da economia criativa. A intervenção pública, nesses casos, vai depender do resultado dos índices que serviram de fundamento para o IDPEC. Os investimentos podem perpassar as áreas de educação, segurança pública, infraestrutura, empreendedorismo, cultura, entre outros. Ao mesmo tempo, recomenda-se a continuidade de políticas de fortalecimento dos setores criativos para mitigar os efeitos negativos dos condicionantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal motivação na construção do IDPEC é contribuir com o desenvolvimento da economia criativa no Brasil. De maneira complementar às quantificações realizadas, e amplamente divulgadas, pela FIRJAN e pelo Itaú Cultural, o objetivo é estimar o potencial de um município ou estado se desenvolver por meio da economia criativa. Neste relatório, apresentamos os resultados para as capitais brasileiras nos anos de 2019 e 2023, cujos dados podem ser visualizados com maior detalhamento no site (<https://indicedaeconomiacriativa.espm.edu.br/>).

A relação do IDPEC com o QL permitiu a construção de uma matriz de políticas públicas para a economia criativa que respeita as características de cada capital, de modo a permitir a geração de políticas orientadas pelas suas especificidades.

A mobilização da capacidade criativa da população brasileira em associação com a sua diversidade cultural

deve ser percebida como uma possibilidade real de desenvolvimento, tanto para capitais que possuem ecossistemas criativos fortalecidos pelas economias de aglomeração, como para aquelas que devem identificar seus caminhos de especialização setorial. A compreensão dos efeitos das variáveis que compõem o IDPEC sobre o dinamismo da economia criativa indica caminhos possíveis a serem trilhados.



REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as Nações Fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

BOWEN, Harry P.; MOESEN, Wim; SLEUWAEGEN, Leo. A Composite Index of the Creative Economy. **Review of Business and Economics**, n.4, p.375-397, 2008.

CORREIA, Carlos. M.; COSTA, José da. S. Measuring Creativity in the EU Member States. **Investigaciones Regionales** n. 30, p.7-26, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4962616>. Acesso em: 24 mar. 2024.

COYLE, Diane. **GDP**: a brief but affectionate history. Revised and Expanded Edition. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

FIGUEIREDO, João Luiz de *et al.* The development potential index of creative economy for Brazilian federal state capitals. **Creative Industries Journal**, [S.L.], v. 12, n.

2, p. 185-203, 4 maio 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17510694.2019.1610344> .

FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **A cadeia da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2008.

FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/download.aspx>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class**. New York: Basic Books, 2019.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

ISARD, Walter. **Methods of regional analysis: an introduction to regional science**. Cambridge: The MIT Press, 1960.

KLAMER, Arjo. **Doing the Right Thing: a value based economy**. 2 ed. London: Ubiquity Press, 2017.

LANDRY, Charles. **The Creative City: a toolkit for urban innovators**. 2 ed. New York: Comedia, 2008.

LAZZERETTI, Luciana; BOIX, Rafael; CAPONE, Frances-

co. Why do creative industries cluster? In: LAZZERETTI, Luciana (org.). **Creative industries and innovation in Europe: concepts, measures and comparative case studies**, New York: Routledge, 2013. p. 45-64.

MACHADO, Ana Flávia; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: the case of Brazil. **Current Urban Studies**, [S.L.], v. 01, n. 04, p. 92-101, 2013. Scientific Research Publishing, Inc.. <http://dx.doi.org/10.4236/cus.2013.14010>.

MCCANN, Philip; VAN OORT, Frank. Theories of agglomeration and regional economic growth: a historical review. In: CAPELLO, Roberta; NIJKAMP, Peter (ed.). **Handbook of Regional Growth and Development Theories: revised and extended second edition**. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2019. Cap. 1. p. 6-23. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781788970013/9781788970013.xml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTANARI, Fabrizio. Creative Territories as Breeding Ground for Social Innovation Ecosystems. In: SGARAGLI, Fabio (ed.). **Enabling social innovation ecosystems for community-led territorial development**. Rome: Fondazione Giacomo Brodolini, 2014. p. 37-44.

NORTH, Douglass C. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural**: notas metodológicas. [S.l.]: Observatório Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/painelddados/metodologia>. Acesso em: 20 jul. 2024.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas**. São Paulo: Sesi-Sp Editora, 2012.

SCOTT, Allen J. **On Hollywood**: the Place, the Industry. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

SNOWBALL, Jeanette D. **Measuring the Value of Culture**: methods and examples in Cultural Economics. Berlin: Springer, 2010.

STORPER, Michael. **Keys to the City**: How Economics, Institutions, Social Interaction and Politics Shape Development. Princeton: Princeton University Press, 2013.



APÊNDICE A

APÊNDICE A - QUADRO DOS CNAES CRIATIVOS

CÓDIGO	CNAE 2.0 SUBCLASSE
5811-5/00	Edição de Livros
5812-3/01	Edição de Jornais Diários
5812-3/02	Edição de Jornais não Diários
5813-1/00	Edição de Revistas
5819-1/00	Edição de Cadastros, listas e outros produtos gráficos
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros
5822-1/01	Edição integrada à impressão de jornais diários
5822-1/02	Edição integrada à impressão de jornais não diários
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5911-1/01	Estúdios Cinematográficos
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
5912-0/01	Serviços de dublagem
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música
6010-1/00	Atividades de rádio
6021-7/00	Atividades de televisão aberta
6022-5/01	Programadoras
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6201-5/02	Web Design
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
7111-1/00	Serviços de arquitetura
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos

7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
7120-1/00	Testes e análises técnicas
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
7311-4/00	Agências de publicidade
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições
7319-0/02	Promoção de vendas
7319-0/03	Marketing direto
7319-0/04	Consultoria em publicidade
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública
7410-2/01	Design
7410-2/02	Decoração de interiores

7410-2/03	Design de Produtos
7410-2/99	Atividades de Design não Especificadas Anteriormente
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
7420-0/03	Laboratórios fotográficos
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos
7420-0/05	Serviços de microfilmagem
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
8130-3/00	Atividades paisagísticas
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
8592-9/01	Ensino de dança
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança
8592-9/03	Ensino de música
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica
8640-2/02	Laboratórios clínicos
9001-9/01	Produção teatral
9001-9/02	Produção musical

9001-9/03	Produção de espetáculos de dança
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores
9002-7/02	Restauração de obras de arte
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CNAE 2.0 Subclasse e FIRJAN (2022).

SOBRE OS AUTORES

João Luiz de Figueiredo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é coordenador, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação (PPGECEI) da ESPM-Rio e professor do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio

Diogo Tavares Robaina

Possui graduação em Matemática e Contabilidade, mestrado e doutorado em Computação pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação (PPGECEI) da ESPM-Rio e profes-

sor da Escola de Economia da FGV-RJ. Atua desde 2002 como consultor em Ciência de Dados, Finanças Corporativas e Desenvolvimento de Sistemas Empresariais.

Paulo Vitor Lemos Ramalho

Possui graduação em Administração pela ESPM-Rio e é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação (PPGECEI) da ESPM-Rio. Foi Subsecretário na Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa (SAE) da Prefeitura de Niterói (RJ).

